

Covas diz ao Paes errado como seria tática do PMDB

BRASÍLIA — O Centrão soube com antecedência da tática que o líder do PMDB, senador Mário Covas, empregaria na votação da reforma agrária. As 23 h de segunda-feira, Covas telefonou a um deputado federal e disse: "Alô, Paes. Meus cumprimentos. Estou ligando por dois motivos: o primeiro é checar sua presença aqui em Brasília e o segundo é para discutir nossa tática de votação da reforma agrária. Vamos votar o substitutivo do relator Bernardo Cabral e derrubar os destaques. Vamos derrubar todos porque nessa matéria, como o sr sabe, não cabem destaques. Quero contar com seu apoio".

Tudo poderia ter dado certo, se quem recebeu o telefonema fosse o deputado federal Paes de Andrade, pemedebista histórico do Ceará, primeiro secretário da Câmara e constituinte afinado com a liderança do PMDB. Covas, porém, se enganara. Ele revelou seu plano de batalha ao deputado Paes Landim (PFL-PI), um dos principais articuladores do Centrão e parlamentar apoiado pela UDR (União Democrática Ruralista).

"Evidentemente, o Covas se enganou. Mas à medida que eu passei a informá-lo que não poderia dar apoio algum às suas pretensões porque estava apoiando os destaques do Centrão ele, desiludido, encerrou a conversa", contou Paes Landim, no gabinete da liderança do PFL no final da manhã, provocando sonoras gargalhadas dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Lourenço (PFL-BA) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Erros — Pelo lado do Centrão também houve erros nos bastidores da negociação. O principal deles envolveu o deputado Amaral



Paes de Andrade

Netto, líder do PDS. Uma secretária do grupo telefonou no final de semana a Amaral e bruscamente exigiu: "O sr passe aqui agora para assinar o destaque da reforma agrária". Amaral reagiu no ato: "Não passo aí coisa nenhuma. Veja como fala".

Covas soube da irritação de Amaral e agiu imediatamente: enviou à casa do líder do PDS, no Lago Sul, o texto do PMDB, solicitando, educadamente, sua assinatura. Amaral assinou os destaques e emendas do PMDB.

Com erros dos dois lados era difícil, no início da tarde, qualquer previsão sobre o resultado da votação. José Lourenço, porém, continuava sua luta para derrubar as pretensões de Mário Covas, telefonando a deputados do PMDB e do PFL que poderiam significar um voto a mais em favor do Centrão. Uma das constituintes que Lourenço procurou foi Márcia Kubitschek (PMDB-DF). Ele também exigiu fidelidade do primo do presidente, deputado Albérico Filho (PMDB-MA), que vinha votando contra as lideranças do governo.

Sarney — No final da manhã, juntou-se aos líderes do Centrão, no gabinete do PFL, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. O Palácio do Planalto, contudo, segundo um dos presentes, está alheio às votações da Ordem Econômica, preservando-se para a votação que interessa ao presidente José Sarney: o mandato de cinco anos.

Há quem critique Sarney, mas os líderes do Centrão mostram o acerto da tática do Planalto. Lembram, por exemplo, a votação do capítulo da reforma tributária, quando o governo federal foi atingido no bolso mas não criou atritos com prefeitos e vereadores interessados na aprovação da proposta de descentralização. Na reforma agrária, afirmam, eles garantem que Sarney também não fez pressão. Preservou-se, mais uma vez, para garantir o mandato de cinco anos, daqui a alguns dias.

Governo calcula pequena vantagem para os 5 anos

BRASÍLIA — De acordo com os dados mais recentes do Palácio do Planalto, se a Constituinte votasse hoje o mandato do presidente José Sarney, os cinco anos receberiam 240 votos — 40 menos que o mínimo necessário para ser aprovado — contra 230 a favor dos quatro anos. A margem de indecisos é alta: 89 parlamentares ainda não podem ser relacionados a favor dos quatro ou dos cinco anos.

Os encarregados de articular a aprovação dos cinco anos admitem que, para o governo se sentir seguro, o número de indecisos deveria ser bem menor — nunca mais do que 50. É nessa área que vai situar-se a ofensiva final do governo nas duas últimas semanas antes da votação. O Planalto cita como indeciso típico o deputado Aécio Neves (PMDB-MG), neto do presidente Tancredo Neves. Segundo um assessor de Sarney, ele tanto pode votar por cinco como por quatro, vai depender do seu humor.

Ulysses — Na coluna dos indecisos estão, também, os votos controlados pelo deputado Ulysses Guimarães. As informações do governo são de que o presidente do PMDB e da Constituinte está sofrendo fortes pressões para se posicionar a favor dos quatro anos e estaria, por isso, indeciso. Mas o Planalto conta com os votos de Ulysses, baseado no seguinte raciocínio: ele não vai mergulhar no



Aécio Neves

escuro dos quatro anos, pois isso significaria o rompimento definitivo com o governo.

Na quarta-feira da semana passada, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, telefonou a um governador ligado ao Planalto, e mostrou-se pessimista quanto à aprovação dos cinco anos. "Os quatro anos cresceram muito, precisamos fazer alguma coisa", informou Lourenço. Apesar disso, o Planalto está otimista, e acha que, em duas semanas, convence a maioria dos indecisos, cuja tendência é votar pelos cinco anos.

Reis — O otimismo que o Palácio do Planalto deixa transparecer publicamente nasce nas manifestações de suas lideranças na Constituinte. O deputado Milton Reis (PMDB-MG), por exemplo, na semana passada mostrou a Sarney um levantamento que vem fazendo entre os parlamentares. Ele não acredita que os partidários do mandato de quatro anos consigam mais de 242 votos, e afirma que a diferença pró-cinco anos será de 68 votos.

Pelos cálculos do deputado mineiro, os indecisos, hoje, não passam de 44 e haverá três abstenções — a do deputado Ulysses Guimarães, que não vota por ser o presidente da Constituinte, e outras duas que Reis não divulga. A diferença de 68 votos, que o ele conta como certa, seria garantida entre os deputados, porque entre os senadores o governo perde por oito votos. Na Câmara, o governo conta, pelos cálculos de seus defensores, com uma maioria de 76 votos. Na semana passada, Milton Reis contabilizava 279 votos favoráveis aos cinco anos e 203 pró-quatro anos.

Planalto mobiliza prefeitos

Noventa prefeitos do Rio Grande do Sul desembarcam em Brasília na próxima segunda-feira, numa ofensiva para garantir os cinco anos de mandato ao presidente José Sarney articulada por oito deputados do PMDB gaúcho. Eles vão encontrar desde presidentes de órgãos como o Banco do Brasil, até ministros e o próprio presidente da República. Com isso, Sarney garante o apoio das bases políticas a quem votar pelos os cinco anos na Constituinte e, atendendo suas reivindicações, justifica cada um perante o eleitorado.



Mincarone

À frente dessa articulação está o deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), segundo vice-presidente da Câmara e candidato à presidência, na sucessão de Ulysses. "Temos que evitar o rompimento do partido com o governo e, como os votos estão nas bases, é importante trazê-las aqui para encaminhar os pleitos que a coletividade quer ver realizados", diz Mincarone. Segundo ele, é atendendo às reivindicações dos municípios que se dá às bases o poder de convencer o eleitorado da inconveniência de romper com o governo e lhe tirar mais um ano de mandato.

Audiências — O apoio do Planalto é

orquestrado pelo chefe do gabinete civil, Ronaldo Costa Couto. A partir de um levantamento de tudo o que os 90 municípios tinham o direito de pleitear junto ao governo federal, assessorados pelo titular da Secretaria de Assuntos Comunitários da Presidência (Seac), Nelson Proença, os oito parlamentares contam com a colaboração de Costa Couto.

É ele quem está marcando, pessoalmente, as audiências, e o resultado já se faz notar: há audiências garantidas com todos os ministros de Estado, e com as diretorias da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Embraer, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos e a própria Seac, para os prefeitos encaminharem suas reivindicações em todas as áreas.

"Temos que cuidar para viver uma transição calma, especialmente agora que a Constituinte está para definir o mandato do presidente Sarney, o que deverá ocorrer até o fim do mês", diz Paulo Mincarone. O coroamento da visita de três dias dos 90 prefeitos gaúchos a Brasília será às 11h do dia 19, quando o presidente Sarney os receberá no Palácio da Alvorada, em seu novo estilo de audiências a parlamentares iniciada há dez dias. "Lá os prefeitos formalizarão o apoio ao desejo do presidente de dirigir a Nação por mais um ano", conta o deputado.